



GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

Institucionalizadas e autônomas entre os processos de estado: reflexões sobre o campo feminista brasileiro contemporâneo

Autoria: Mariana Azevedo de Andrade Ferreira

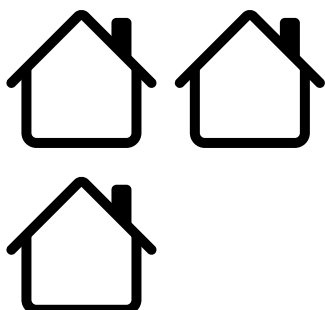
Esta proposta emerge no bojo de minha pesquisa de doutorado que tem o objetivo de investigar como se constituem práticas articulatórias entre diferentes gerações de feministas, especialmente entre grupos que tem sido caracterizados como institucionalizados e autônomos. Aqui, me interessa problematizar de maneira mais detida sobre as concepções de Estado que parecem informar o processo de diferenciação entre autônomas e institucionalizadas no campo feminista brasileiro contemporâneo. Desde o que se convencionou chamar de sua primeira onda, os movimentos feministas voltaram sua ação ao Estado. Seja na luta pelo sufrágio, abolicionista ou por direitos trabalhista. Entretanto, as relações de alguns grupos e organizações junto aos processos de estado têm sido agenciada no bojo das disputas internas do campo feminista e mobiliza o que tem se chamado de institucionalização. A institucionalização dos movimentos feministas diz respeito à fundação, sobretudo a partir do final da década de 1980, de diversas organizações não governamentais que a partir de então começaram a contar com financiamento de agências para a realização de ações voltadas à população e também aos processos de estado. O início da segunda década dos anos 2000 tem sido apontado como um novo marco para a história do feminismo brasileiro. Nesse contexto, a horizontalidade, a prática do faça você mesma e a negação de qualquer relação com os aparatos estatais e partidos políticos emergem como valores importantes neste novo campo autonomista. A alcunha institucionalizada/o, por sua vez, emerge como categoria acusatória por parte dos grupos e coletivos que se reivindicam autônomos. Não raramente, o termo institucionalizado é qualificado ou tido como sinônimo de cooptado e hierárquico. Com efeito, as importantes contribuições da antropologia contemporânea acerca dos processos de estado permitem a tessitura de outros olhares sobre sua relação com o campo feminista contemporâneo. Assim, acredito ser possível e profícuo, a partir dos ganhos analíticos de considerar o Estado



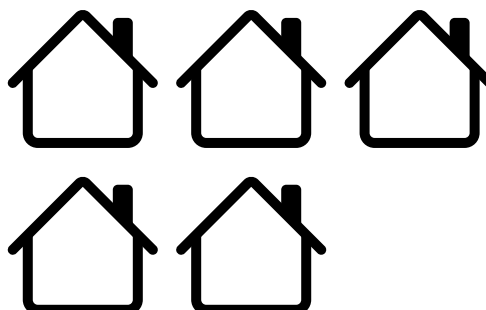
para além de sua institucionalidade, mas como uma entidade complexa, um verdadeiro sistema de valores que atravessa toda a vida social, borrar a fronteira entre institucionalizadas e autônomas a partir da visibilização das diversas formas como as mesmas se imiscuem aos processos de estado.



Realização:



Apoio:



Organização:

